

Alfabetização e Letramento: o que dizem as pesquisas de pós-graduação sobre as práticas de leitura e escrita na educação infantil?

Literacy and Lettering: what do post-graduation researches into practical on reading and writing in childhood education say?

Magda Dezotti¹
Juliana dos Santos Alves²
Katia Jacinto de Oliveira³

RESUMO:

O artigo apresenta resultados de uma pesquisa, que partiu do questionamento sobre as práticas de se “alfabetizar” e “letrar” na Educação Infantil. Para responder à questão foram realizados levantamentos na plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Teoricamente, compreende-se que são conceitos distintos, porém indissociáveis. A pesquisa, de cunho exploratório-descritivo, encontrou quatorze referências entre teses e dissertações. Os resultados, divididos em dois grupos, demonstram que o tema ainda é pouco estudado e que não há consenso sobre o papel das práticas de leitura e escrita nesse segmento. Metade das pesquisas destacam propostas pedagógicas nas quais se evidenciam que os conceitos de alfabetização não se traduzem nas práticas das docentes pesquisadas. A outra metade mostra o contrário. Fatores como a formação inicial e continuada são pautados por ambos os grupos.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização e Letramento; Educação Infantil; Leitura e escrita.

¹Doutora em Educação – Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Letras – Universidade Estadual de Maringá. Professora efetiva da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Carangola. E-mail: magda.dezotti@uemg.br – Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3460-8423>

² Pedagoga - Universidade do Estado de Minas Gerais – E-mail: jujulux@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6571-3472>

³ Pedagoga - Universidade do Estado de Minas Gerais – E-mail: katiajacinto2000@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7233-8196>

ABSTRACT:

The article presents the results of a research, which started from the questioning about the practices of literacy and lettering in Early Childhood Education. To answer the question, surveys were carried out on the platform of the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations, of the Brazilian Institute of Information in Science and Technology. Theoretically, it is understood that they are distinct concepts, but inseparable. The research, of an exploratory-descriptive nature, found fourteen references among theses and dissertations. The results, divided into two groups, demonstrate that the topic is still poorly studied and that there is no consensus on the role of reading and writing practices in this segment. Half of the surveys highlight pedagogical proposals in which it is evident that the concepts of literacy do not translate into the practices of the researched teachers. The other half shows otherwise. Factors such as initial and continuing education are guided by both groups.

KEYWORDS: Literacy and Lettering. Child Education. Reading and writing.

Introdução

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, segundo o artigo 21, da Lei de Diretrizes e Bases Nacional nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, e tem como objetivo cuidar e educar crianças de zero a cinco anos. Entre as questões que envolvem o educar, a alfabetização e o letramento não são consensuais, pois levam a diferentes práticas. Dessa maneira, nossa pesquisa buscou respostas para algumas indagações, sendo que a primeira é: As pesquisas brasileiras apontam práticas de alfabetização e letramento na Educação Infantil? O que dizem os pesquisadores acerca dessas práticas?

O interesse pelo tema teve motivações distintas e envolveu situações pessoais das pesquisadoras. Em um dos casos, surgiu a partir do momento que a pesquisadora percebeu que sua segunda filha não aprendia com a mesma facilidade que a primogênita. No outro, o interesse pela temática foi desencadeado quando a pesquisadora iniciou seu trabalho em uma instituição de ensino como mediadora de uma criança com deficiência visual que iniciava seu processo de alfabetização. Tais situações impulsionaram o desejo de compreender melhor os significados desse processo e de saber como se dão as práticas de leitura e de escrita na Educação Infantil.

Isto posto, começaram as buscas pelo entendimento dos conceitos que ajudassem a refletir sobre a questão. Encontra-se em Magda Soares a ideia de que a alfabetização e o letramento são processos distintos. Entretanto, ambos estão entrelaçados:

[...] é necessário reconhecer que, embora distintos, alfabetização e letramento são interdependentes e indissociáveis: a alfabetização só tem sentido quando desenvolvida no contexto de práticas sociais de leitura e de escrita e por meio dessas práticas, ou seja, em um contexto de letramento e por meio de atividades de letramento; este, por sua vez, só pode desenvolver-se na dependência da e por meio da aprendizagem do sistema de escrita (SOARES, 2004, p. 97).

Compreender as atribuições de cada processo e reconhecer que são interdependentes e indissociáveis é o primeiro passo para a promoção de uma aprendizagem de qualidade e significativa, uma vez que a criança, ao ser alfabetizada, não somente vai aprender técnicas da escrita, mas também sua funcionalidade no cotidiano. Ao alfabetizar uma criança, é apresentado a ela um sistema ortográfico e, a partir deste ponto, é possível fazer a transcrição fonética da fala. Entretanto, se não for lhe for apresentada a aplicabilidade do sistema de escrita para que seja significativa, nada fará sentido.

Perceber o uso da leitura e da escrita no contexto social se faz necessário, visto que é uma prática que constitui a realidade social de cada indivíduo. Na Educação Infantil não é diferente. Logo, o objetivo deste artigo é divulgar os resultados de uma pesquisa que objetivou compreender como se dão as práticas de alfabetização e letramento na Educação Infantil, por meio das pesquisas de Pós-graduação. Para tanto, empreendeu-se uma pesquisa de cunho qualitativo, recorrendo a duas ferramentas digitais: uma delas foi a Revista Brasileira de Educação (doravante RBE) e a outra fonte utilizada foi a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (doravante BDTD), promovida pelo órgão público IBCT, para que, desta maneira, o *corpus* de pesquisa fosse construído.

Considerando as indagações iniciais e os objetivos, este artigo foi organizado apresentando, na sequência, a base teórica que norteia o olhar para análise; os procedimentos metodológicos empregados e os resultados desta pesquisa que, por sua vez, são categorizados

em duas seções: na primeira se inserem as pesquisas cujos autores identificam práticas que não aliam os conceitos de alfabetização e do letramento na Educação Infantil – considerando a proposta deste dossiê, podem ser compreendidas como “a denúncia” – e, na segunda seção, as pesquisas “anunciam” práticas em que os conceitos de alfabetização e letramento se mostram presentes e fazem parte do cotidiano das salas pesquisadas.

2. Do reconhecimento da infância às práticas de alfabetização e letramento na Educação Infantil

A presente seção aborda o reconhecimento da criança como sujeito detentor de direitos, objetivando compreender sua inserção na Educação Infantil, bem como os conceitos de “alfabetização” e “letramento” voltados para essa fase.

O caminho trilhado pela Educação Infantil foi tão longo e complicado que, nas sociedades remotas, as crianças eram consideradas adultos em miniatura. Seu *status*, entre os medievalistas, era nulo. Porém, na Idade Moderna, iniciou-se um desligamento desse pensamento raso, e estudiosos começaram a despertar concepções diferentes sobre essa fase única e recheada de descobertas. Para Ariès (1981), foi a partir desse momento que surgiu o papel social da criança:

Na sociedade medieval, [...] o sentimento da infância não existia. [...] O sentimento de infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia (ARIÈS, 1981, p. 156).

Um grande estudioso na área da educação, Jean Jacques, em seu livro *Emílio ou Da Educação* (1762), trouxe valiosas contribuições que levam à reflexão a respeito da essência da criança, de forma minuciosa, não vendo mais a infância como uma fase de imaturidade, influenciando radicalmente todos os pensamentos voltados a essa fase da vida.

A partir desse momento, a concepção de criança alcançava um novo sentido, com valor ímpar, levando, Rousseau (1762, p. 119) a afirmar que a “infância é o sono da razão”, pois, para ele, as crianças deveriam ser crianças antes de serem homens, não desmerecendo o período nem o inferiorizando.

Atualmente, compreende-se a infância como fase única, na qual as crianças criam vínculos, desenvolvem habilidades, reconhecem o mundo, estabelecem conceitos, entre outros processos essenciais para o desenvolvimento ao longo da vida. Desse modo, é fundamental que elas sejam estimuladas, de maneira adequada, no processo ensino-aprendizagem, para que se obtenha uma base sólida, visto que tudo é novo, e os alicerces ainda estão em formação.

Ainda em seu livro, Rousseau (1762) afirma que a sociedade busca um homem maduro, pronto de dentro de uma criança, e isso se torna impossível, à medida que se avança por diversas fases, desde o nascer até o morrer: “nascemos fracos, precisamos de força; nascemos desprovidos de tudo, temos a necessidade de assistência; nascemos estúpidos, precisamos de juízo. Tudo o que não temos ao nascer é de que precisamos adultos, e nos é dado pela educação” (ROUSSEAU, 1762 p. 10).

Ao final da década de 1799, na Europa, surgiu o Romantismo e, com ele, ideias acerca da infância. Um dos educadores e precursores no entendimento acerca do início da infância, como sendo a fase decisiva para a formação das pessoas, foi o alemão Friedrich Fröebel. Na

obra *A educação do homem*, o educador pauta a importância da infância e compara, metaforicamente, a criança à planta no jardim que precisa ser cuidada para florescer. Embora, atualmente, circunscrevam-se críticas ao princípio inatista de desenvolvimento humano, engendrado em tal concepção, é inegável o reconhecimento de Fröebel como idealizador e fundador do primeiro jardim da infância, em 1837. Ele atribuía, aos brinquedos e às atividades lúdicas, a função de expandir o conhecimento, deixando as crianças livres para se expressarem e progredirem. Assim, fazia com que suas mentes se tornassem ativas e receptivas a novos conhecimentos.

No Brasil, a Educação Infantil surgiu como instituição assistencial, pois, com a industrialização e a inserção da mulher no mercado de trabalho, houve a necessidade da criação de espaços para deixar as crianças enquanto as mães trabalhavam.

Após algumas transformações e a partir da Constituição de 1988, a criança começou a ser considerada como sujeito de direitos. Creches e pré-escolas passam a ser dever do Estado e direito fundamental de crianças de 0 a 6 anos de idade. Desta maneira, a Educação Infantil passou a compor a primeira etapa da Educação Básica, tendo como objetivo principal o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

Todos os cidadãos têm direito à educação, assegurado pela Constituição Federal de 1988, que garante uma educação digna, gratuita, pública e de qualidade. Esse é considerado um direito fundamental, pois entende-se que educação qualifica o indivíduo e facilita sua participação na sociedade. De acordo com o Art. 205 de nossa Magna Carta: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será provida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 123).

Sob essa ótica, a educação abrange os diversos processos formativos, que se desenvolvem nas diversas áreas da vida, desde a convivência familiar, às manifestações sociais e culturais, bem como no trabalho e nas instituições de ensino e pesquisa, vinculando-se ao mundo do trabalho e à prática social (BRASIL, 1988).

A compreensão da criança como sujeito titular de direitos, que aparece como referência embrionária na Constituição Federal de 1988, ganha destaque nos artigos 15 e 100 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – pela lei 8.069.

A Lei de Diretrizes e Bases (1996) estabelece princípios para o ato de educar reconhecendo que a educação envolve a construção de conhecimentos, valores éticos, morais e aprendizagem, todos a fim de formar cidadãos críticos para viver em uma sociedade justa e igualitária, erradicando assim, a ignorância, causa de inúmeros problemas vividos na sociedade que poderiam ser evitados com um ensino baseado em seu pleno cumprimento.

Em decorrência de uma série de fatores tais como: as mudanças na forma de compreender a infância, o direito à educação, garantido pela Constituição Federal de 1988, a compreensão da criança como sujeito de direitos, estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e dos princípios propostos pela LDB 9394/96, para um melhor atendimento das crianças, exigiu-se a qualificação de profissionais da área. Esta mesma LDB, no art. 62, e o Parecer do CNE/CEB 04/2000 assinalam que, para atuar na Educação Infantil, a formação indicada deverá ser cursos de Licenciatura de Graduação Plena, em Universidades e Institutos Superiores de Educação, admitida como formação mínima a modalidade normal, sendo que, anteriormente, os profissionais não possuíam nenhuma qualificação para exercer tal função, uma vez que o olhar sobre essa criança seria apenas no sentido de cuidar e não educar.

A criança não poderia continuar sendo vista apenas pelo aspecto do cuidar, pois ela é rica em conhecimento, cultura, criatividade e está em constante desenvolvimento, sendo necessário, também, o educar, sem fragmentação com o cuidar. Nesse sentido, os avanços vão surgindo, e o Referencial Curricular para Educação Infantil esclarece:

O cuidado precisa considerar, principalmente, as necessidades das crianças, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo. Os procedimentos de cuidado também precisam seguir os princípios de promoção da saúde. Para se atingir os objetivos dos cuidados com a preservação da vida e com o desenvolvimento das capacidades humanas, é necessário que as atitudes e procedimentos estejam baseadas em conhecimentos específicos sobre desenvolvimento biológico, emocional, e intelectual das crianças, levando em conta diferentes realidades socioculturais (BRASIL, 1998, p. 25).

A Resolução CNE/CEB Nº 1, de 07/04/1999, reforça que o educar e o cuidar devem caminhar juntos, pois educar significa propiciar situações de cuidado, brincadeira e aprendizagem, orientadas de forma integrada, para que possam contribuir de forma expressiva para o desenvolvimento das capacidades e habilidades infantis de se relacionarem, construindo relações interpessoais de respeito, aceitação e confiança.

Assim, entende-se que a Educação Infantil é imprescindível para o desenvolvimento pessoal e cognitivo da criança. Com base em uma aprendizagem que proporcione diferentes concepções ao aluno, o papel do professor é criar condições cotidianas para estimular seu senso crítico, podendo tomar decisões, além de liderar, resolver conflitos e utilizar os conhecimentos adquiridos ao longo da vida.

O desenvolvimento de habilidades e competências deve tornar o aluno o protagonista de seu processo de aprendizado. Por isso, os educadores são entendidos como fundamentais, no processo ensino-aprendizagem, devendo sempre se atualizar (formação continuada), mediar e facilitar esse processo, trazendo, também, inovações para a sala de aula. Cuidar e educar, portanto, exigem o esforço particular da criança e a mediação dos adultos, que precisam criar ambientes que estimulem a curiosidade da criança.

Na primeira etapa da Educação Básica, as crianças são cuidadas e educadas a todo momento, conforme aponta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (2010, p.12): “[...] constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade [...]”, reforçando a ideia da criança como sujeito histórico e de direitos que [...]: “nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura” e estabelece as interações e as brincadeiras como eixos para estruturar as práticas pedagógicas.

Por fim, a Base Nacional Comum Curricular, último documento curricular brasileiro com força de lei, retoma a concepção de criança postulada pelas DCNEI, bem como seus eixos estruturantes, e acrescenta os seis “direitos de desenvolvimento e aprendizagem”: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se com o objetivo de assegurar às crianças, na Educação Infantil, condições de aprendizagem em situações que possibilitem que elas desempenhem um papel ativo, que vivenciem desafios e se sintam provocadas a resolvê-los, construindo significados sobre si, os outros e o mundo social e natural. O documento propõe

ainda que a intencionalidade pedagógica seja estruturada a partir de cinco campos de conhecimento. Entre eles a “Escuta, fala, pensamento e imaginação”. Nesse campo enfatiza-se a imersão da criança na cultura escrita com base no que já conhecem e em suas curiosidades, bem como a importância da literatura infantil para desenvolver o gosto pela leitura, a imaginação e ampliar o conhecimento de mundo, pois entende-se que o contato com diversos gêneros do campo literário favorece a familiaridade e entendimento dessa cultura.

Nesta fase, a criança já se encontra em contato com diversas noções de leitura e escrita, estas se dão por meio de representações de jornais, imagens, livros, revistas, rótulos, propagandas entre outros, o não que não significa que a criança está alfabetizada, mas que já está inserida no mundo letrado.

Para que esse contexto seja suficientemente compreendido, faz-se necessário abordar as discussões acerca da alfabetização e do letramento. Vale atentar às seguintes considerações:

Para alguns estudiosos, a alfabetização consiste no processo de aprendizagem de habilidades, que levam ao ensino da leitura e da escrita. Carvalho (2006, p. 16) afirma que “[...] alfabetização, em seu sentido estrito, designa, na leitura, a capacidade de decodificar os sinais gráficos, transformando-os em sons, e, na escrita, a capacidade de codificar os sons da língua, transformando-os em sinais gráficos”. Compreendendo, assim, o processo de alfabetização como a aquisição de um conjunto de habilidades.

Magda Soares (2010) define o aprendizado da leitura e da escrita como aquisição de uma *tecnologia*. Ressalta que: “[...] *ter-se apropriado de escrita* é diferente de *ter aprendido a ler e escrever*: *aprender a ler e escrever* significa adquirir uma tecnologia, a de codificar em língua escrita e de decodificar a língua escrita; *apropriar-se da escrita* é tornar a escrita “própria”, ou seja, é assumi-la como sua “propriedade” (SOARES, 2010, p. 39, itálicos da autora).

Nesse sentido, ela enfatiza que o fato de uma pessoa ser alfabetizada não significa que ela seja, necessariamente, letrada e associa o aprendizado da língua ao aprendizado de um “código”. Entretanto, nem sempre considerou essa distinção. Em 1995, Soares publicou um artigo na *Revista Brasileira de Educação*, no qual falava sobre o “alfabetismo” no mesmo sentido em que a palavra *literacy* vinha sendo empregada na língua portuguesa. Em uma nota, a autora explicava que o vocábulo parecia-lhe um neologismo, por isso optava por utilizar a palavra alfabetismo. Porém, o termo letramento foi se consolidando na academia brasileira e, um ano depois, em 1998, a própria Magda Soares explica sua adesão ao termo com a publicação do livro *Letramento: um tema em três gêneros*.

É importante acentuar-se que a distinção entre os termos alfabetização e letramento é algo relativamente recente no contexto educacional brasileiro e que não é unânime entre os teóricos. Emilia Ferreiro, na década de 1980, já tecia críticas à alfabetização mecânica, por memorização e dissociada do contexto social da criança. A autora emprega somente o termo alfabetização, porém em um sentido amplo. Em língua inglesa utiliza-se somente *literacy*⁴ abarcando ambos os termos.

Ainda segundo Soares (2004), o letramento é um conceito muito discutido recentemente. Seu surgimento pode ser interpretado em decorrência da necessidade de configurar e nomear comportamentos e práticas sociais na área da leitura e escrita, que ultrapassem o domínio do sistema alfabético e ortográfico.

⁴ Em língua inglesa emprega-se somente o termo *literacy* tanto no sentido de alfabetização quanto de letramento, assim, diante da necessidade de demarcar os usos feitos no campo da educação no Brasil, no resumo e nas palavras-chave deste artigo optou-se por empregar *literacy* e *lettering* como recurso para distingui-los.

O termo “letramento” é compreendido por alguns autores como uma ampliação do conceito “alfabetização”. Nessa perspectiva, o letramento transpassa o fato da criança/adulto estar alfabetizado, significa saber além da leitura e escrita, práticas que estão presentes no mundo social. Neste sentido Goulart (2006) afirma:

A necessidade de ampliar o conceito de alfabetização, no intuito de projetar um processo crítico de aprendizagem da leitura e da escrita que vá além do conhecimento da escrita e da leitura de frases e textos simples, é um dos fatores que vêm determinando a discussão sobre a noção de letramento (GOULART, 2006, p. 453).

Visto sob essa ótica, a função do letramento seria apontar novas concepções sobre o ensino-aprendizagem da língua escrita. Uma temática que vai além do processo de decodificar/codificar os sons em letras, como aponta Goulart:

O termo letramento vem-se mostrando pertinente para os estudos sobre o processo de ensino-aprendizagem da linguagem escrita, já que se observa no Brasil o termo alfabetização ainda muito relacionado a uma visão dessa aprendizagem como um processo de codificação/decodificação de sons em letras e vice-versa (GOULART, 2006, p. 452).

Entende-se que alfabetização conjuga o processo de letramento. Nesta abordagem, a importância em unir os dois processos diz respeito à possibilidade de ampliar os resultados na alfabetização, ainda mais, quando se trata da Educação Infantil, etapa na qual as crianças começam desenvolver o reconhecimento da função social e da linguagem. São processos que ocorrem de forma simultânea, e não de forma dissociada.

Embora Soares (2004) associe o processo de alfabetização aos termos “codificação” e “decodificação” apontados por Goulart, ela também entende a separação destes processos como um equívoco e assegura que:

Não são processos independentes, mas interdependentes, e indissociáveis: a alfabetização desenvolve-se no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só se pode desenvolver no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização (SOARES, 2004, p.14).

Diante disso, acredita-se que a inserção da alfabetização e letramento na Educação Infantil compreendem desenvolvimento de práticas sociais de leitura e escrita, como forma de provocar e motivar seu processo de alfabetização antes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Consequentemente, a necessidade de saber conhecer e desenvolver melhor os processos de alfabetização e letramento se trata da relevância que a leitura e a escrita têm na formação do sujeito. Assim, salienta-se a importância do tema e da compreensão dos processos da alfabetização e do letramento, na perspectiva de Goulart, para que a criança conviva com a leitura e escrita e construa conhecimentos que possam contribuir para o seu desenvolvimento nos contextos sociais. A pesquisadora sublinha que “a necessidade de conhecer melhor os processos de alfabetização/letramento das crianças justificam-se pelo papel

constitutivo que a linguagem tem na criação dos sujeitos e, por isso, a importância de contínuas revisões nas práticas de trabalho com a linguagem na escola” (GOULART, 2006, p. 458).

Portanto, toda a experiência e aprendizagem proporcionadas pelo professor, desde a Educação Infantil, são voltadas para o conhecimento em seu processo de ensino-aprendizagem, o que resultará nas suas relações sociais.

Nesse sentido, ressalta-se que a importância do entendimento de que esta pesquisa explorou a compreensão dos termos alfabetização e letramento em virtude da proporção e dos significados que eles assumem no Brasil. E, considera-se indispensável destacar que, embora, Paulo Freire não tenha utilizado o termo letramento, é enorme a potência e o alcance de sua visão em relação à alfabetização ao evidenciar que não poderia engajar-se em um trabalho de memorização mecânica das sílabas (ba-be-bi-bo-bu), ensino pelo qual o alfabetizador pudesse “encher” as cabeças supostamente “vazias” dos alfabetizandos. O educador sustenta que:

Pelo contrário, enquanto ato de conhecimento e ato criador, o processo da alfabetização tem, no alfabetizando, o seu sujeito. O fato de ele necessitar da ajuda do educador, como ocorre em qualquer relação pedagógica, não significa dever a ajuda do educador anular a sua criatividade e a sua responsabilidade na construção de sua linguagem escrita e na leitura desta linguagem. (FREIRE, 1997, p. 13)

Pensar os processos de leitura e escrita na Educação Infantil, para além do uso dos termos no campo acadêmico e educacional, exige pensar na criança como esse ser de direito que apresenta a curiosidade epistemológica, que o autor declara, compreendendo sua cultura, desejos, anseios, bem como o modo pelo qual ela interage com seus pares, como se apropria das múltiplas linguagens enquanto se desenvolve exercitando o brincar.

3. Procedimentos Metodológicos

Para realização da pesquisa, no que diz respeito aos objetivos a serem alcançados, recorreu-se, preliminarmente, ao método exploratório, uma vez que, para a delimitação do tema, para o levantamento de informações, a expectativa inicial era a de encontrar um número reduzido de trabalhos. Buscou-se argumentos em fonte segura e com sustentação teórica, para que assim fosse possível uma ideia primária do conteúdo referente ao assunto, a partir da exploração de temáticas pertinentes, como artigos científicos, teses e dissertações disponíveis em plataformas digitais, uma vez que é indicada a utilização de método de natureza exploratória, quando existe pouco conhecimento a ser estudado (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007).

Em um segundo momento, a abordagem descritiva dos conteúdos encontrados foi utilizada, pois o procedimento abre espaço para novas discussões, percepções, interpretação, desenvolvimento de ideais e conceitos a partir das proposições apresentadas pelos pesquisadores.

Para traduzir os resultados da pesquisa, foi utilizada a classificação qualitativa, que, segundo Minayo (2004, p.21), “[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado”. Os critérios que foram levados em consideração para a seleção dos conteúdos foram sites que proporcionaram discussões acerca do tema “alfabetização” e “letramento” na educação infantil.

No que diz respeito aos procedimentos técnicos, foi realizada uma breve revisão bibliográfica e, em seguida, uma pesquisa documental. Segundo Caulley (1981) apud Lüdke e André (1986, p. 38) “[...] a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse”.

Inicialmente, utilizou-se como fonte a Revista Brasileira de Educação – RBE, na qual foram encontrados o total de 12 artigos que apresentavam os termos “alfabetização”, “letramento” ou “Educação Infantil”, publicados entre os anos de 1995 a 2020. Estes foram selecionados, por meio de uma leitura estratégica dos títulos dos artigos, no sumário de cada volume e número de edição. Ao serem analisados, foram constatados cinco artigos, que estavam mais próximos dos critérios que conduziram à busca. Tais artigos tratavam de práticas e eventos de letramento em meios populares, a partir dos momentos de interação das crianças com a escrita; o letramento e o brincar em processos de socialização na Educação Infantil; características das práticas de ensino da leitura-escrita em duas escolas do sistema público francês. Entre eles, dois artigos estruturaram e proporcionaram embasamento nesta pesquisa se referem a: Goulart (2006), “Letramento e modos de ser letrado: discutindo base teórica-metodológica de um estudo” e Soares (2004), abordando “Letramento e alfabetização: as muitas facetas”. Os demais trabalhos referiam-se à temas diversos como a formação de professores na escola primária, história e gestão da Educação Infantil, análise das práticas de leitura e escrita das três versões da Base Nacional Comum Curricular, alfabetização e desenvolvimento, Bases Nacionais no ensino da leitura e linguagem na escola primária e por fim, atitudes do educador de infância.

Posteriormente, como os resultados da busca na RBE foram insatisfatórios, em termos quantitativos, optou-se por realizar a busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações- BDTD promovida pelo órgão público Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia IBICT. A BDTD possui parceria com diferentes instituições brasileiras de ensino e pesquisa, apresentando um grupo diverso, com suas teses e dissertações no meio eletrônico. Desta forma, buscou-se, novamente, informações de pesquisadores visando a um levantamento, com o objetivo de caracterizar a pesquisa.

Com base na ampla disponibilidade de conteúdos científicos, sem delimitar data, utilizaram-se as expressões “alfabetização e letramento na educação infantil” e “leitura e escrita na educação infantil” como termos para a busca. Foram encontrados 26 trabalhos. Entretanto, do total, 12 foram descartados porque não correspondiam ao assunto abordado. Alguns dos trabalhos ponderavam questões do Ensino Fundamental, outros, ainda por se tratar de crianças do berçário, o que não era objetivo deste trabalho e, um deles também foi excluído porque, apesar de tratar da alfabetização na Educação Infantil, o faz na perspectiva de um ensino mecanizado, que propõe somente a alfabetização por meio do desenvolvimento de habilidade consciência fonológica e ignora o letramento nos contextos das práticas sociais. Houve ainda um arquivo, cujo texto na íntegra não estava disponível para ser analisado. Os 14 restantes distinguem-se entre 4 teses e 10 dissertações, defendidas entre os anos de 2009 a 2020, que abordam temas referentes às práticas de leitura e escrita, alfabetização e letramento na primeira etapa da educação básica. Conforme o mapeamento apresentado no quadro a seguir:

Quadro 1: Levantamento BDTD

TÍTULO	AUTOR	INSTITUIÇÃO	TIPO DE PUBLICAÇÃO	ANO
Os processos alfabetização e Letramento na educação infantil: contribuições teóricas e concepções de professores	LUCAS, Maria Angelica Olivo Francisco	USP	Tese	2009
O ensino-aprendizagem da leitura e da escrita na Educação Infantil de 4 a 5 Anos: Conceitos e práticas das professoras	NOGUEIRA, Rosemeire Messa de Souza	UFMS	Tese	2009
Impactos de práticas pedagógicas centradas no letramento em crianças pré-escolares	ANDRADE, Beatriz Gracioli	UNICAMP	Dissertação	2011
A passagem da educação infantil para o 1º Ano no contexto do Ensino Fundamental de nove anos: um estudo sobre alfabetização, letramento e cultura lúdica	NOGUEIRA, Gabriela Medeiros	UFPEl	Tese	2011
As práticas de leitura e escrita: a transição da educação infantil para o primeiro ano do Ensino Fundamental	SOUZA, Bárbara Sabrina Araújo De	UFPE	Dissertação	2011
Leitura e escrita na educação infantil: as configurações da prática pedagógica.	DRUZIAN, Ângela	UNESP	Dissertação	2012
O conhecimento de pré-escolares sobre a escrita: impactos de propostas didáticas diferentes em regiões vulneráveis	SCARPA, Regina Lúcia Poppa	USP	Tese	2014
Concepções e práticas de alfabetização e letramento de professores da pré-escola do município de Catalão-GO	XIMENES, Priscilla de Andrade Silva	UFG	Dissertação	2015
Alfabetização e letramento na educação infantil: análise das concepções das professoras das UMEIs do município de Belo Horizonte	ÁVILA, Fernanda Cecilia Farias de	UFMG	Dissertação	2016
Eventos de letramento da educação infantil na redemunicipal de Goiânia	FARIA, Giselle Pereira Campos	UFG	Dissertação	2017
Letramento na Educação Infantil: concepções e práticas docentes em turmas de pré-escola em uma instituição pública municipal de Fortaleza	FREIRE, Diana Isis Albuquerque Arraes	UFC	Dissertação	2018
Educação infantil: as práticas pedagógicas lúdicas de alfabetização e letramento	ASQUINO, Andreia Bugui	UNINOVE	Dissertação	2019
Leitura e escrita na educação infantil: práticas de ensino de professoras participantes do curso de formação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa	SILVA, Maria da Conceição Lira da	UFPE	Dissertação	2019
Os tempos e os espaços da leitura e da escrita na Educação Infantil	SILVA, Mellina	UNICAMP	Dissertação	2020

Fonte: Elaborado pelas autoras

Uma análise rápida do quadro já demonstra que o tema representa uma pequena parcela de estudos científicos na área da Educação. Apenas quatro universidades apresentam mais de um estudo relacionado à concepção de alfabetização e letramento na Educação Infantil, estas são: UFG, UFPE, UNICAMP e USP, todas com duas pesquisas por instituição. As demais são UFC, UFMG, UFMS, UFPEl, UNESP e UNINOVE e apresentam uma única pesquisa cada. Os estudos referem-se, de uma forma direta ou indireta, à discussão sobre alfabetização e

letramento na educação infantil, visto que seis trabalhos apresentam em seu título o tema de “leitura e escrita”.

Os dados apresentados são discutidos no tópico seguinte considerando os objetivos que nortearam a pesquisa, seu referencial teórico-metodológico e os resultados encontrados.

4. Análise de Dados

Para melhor entendimento, os resultados da pesquisa documental foram categorizados e serão apresentados em e discutidos em duas seções. A primeira é composta por sete pesquisas cujos resultados não evidenciam a importância de se alfabetizar letrando ou de letrar alfabetizando, nas práticas dos sujeitos pesquisados. E a segunda reúne as outras sete que destacam as práticas de professores nas quais se depreendem que os conceitos alfabetização e letramento caminharam juntos na Educação Infantil.

4.1 Alfabetização e letramento: conceitos e práticas que não se apresentam na Educação Infantil

No conjunto das pesquisas em que os conceitos “alfabetização” e “letramento” não foram evidenciados de forma indissociável nas práticas apresentadas pelos sujeitos de participantes da pesquisa estão os trabalhos de Freire (2018); Druzian (2013); Ximenes (2015); Ávila (2016); Lucas (2009); Nogueira (2009); e Souza (2011).

A pesquisa de Freire (2018) teve como pressuposto compreender o que três professoras pensavam e faziam em relação ao letramento de turmas de pré-escolas de uma instituição da rede pública municipal de ensino de Fortaleza. Para a pesquisadora a criança deve ter acesso à linguagem oral e escrita desde a creche e “[...] a Educação Infantil possui papel imprescindível para a formação do leitor. Uma das possibilidades de garantir esse direito é o letramento (FREIRE, 2018, p. 21)”. A construção de dados ocorreu por meio de observação participante, entrevistas semiestruturadas e consulta a documentos.

Quanto aos resultados, Freire (2018) pondera que, apesar dos avanços na literatura e na lei, entre as professoras se percebe diferentes concepções e alguns pontos em comum em práticas diversificadas que se alternavam no ensino das letras e na iniciação à alfabetização em sentido estrito ou favorecendo que as crianças descobrissem a escrita e suas funções. A autora pondera que a oscilação nas práticas é uma questão muito complexa e delicada, devido a muitos fatores, entre eles, destaca que o modo como as professoras compreendiam e exerciam o letramento estava correlacionado à suas vivências, incluindo a formação inicial em Pedagogia e a formação continuada, bem como às condições objetivas da instituição e do acompanhamento pedagógico.

O objetivo da pesquisa de Druzian (2012), realizada com professoras do município de Limeira – SP, foi identificar o enfoque dado à leitura e à escrita nas instituições públicas da Educação Infantil, bem como as concepções de ensino e aprendizagem apresentadas por professores em suas práticas pedagógicas. Os dados da pesquisa revelaram que a abordagem pedagógica da leitura e da escrita ainda é tradicional, tendo sua concepção voltada para a aquisição do código alfabético. Os discursos da maioria das professoras contradizem “a fala” de suas práticas, suscitando reflexões quanto à formação de professoras e a transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

Em relação à prática de leitura e escrita, foi identificada a preponderância do código alfabético, dando ênfase à codificação e à decodificação. As atividades propostas visavam à memorização do alfabeto, focalizando a atenção dos alunos para as unidades da língua. A prática pedagógica das professoras, seja em maior ou em menor grau, não tinha como objetivo a compreensão, mas a oralização da língua (letras e sílabas), privilegiando a memorização do código alfabético, contemplando assim, somente o que é considerado aspectos específicos da alfabetização e não o letramento. Para Druzian (2012, p. 72) falta clareza dos professores quanto às fundamentações teóricas das práticas pedagógicas e destaca “a indefinição dos docentes sobre o que seja alfabetizar nesta etapa inicial da educação básica”, uma vez que a pesquisa identificou situações que contradizem as hipóteses sobre a leitura e a escrita das crianças, contribuindo para induzi-las a pensar como os professores desejam, dessa forma, desviando-as da evolução de seus conhecimentos. A pesquisadora destaca a importância de os professores estudarem concepções vinculadas às práticas pedagógicas e entende que os resultados da pesquisa se estendem para além da compreensão da prática pedagógica, pois propiciam reflexões para fins acadêmicos e políticas públicas educacionais, sobretudo, em busca de melhoria do profissionalismo dos professores, visando a um ensino público democrático e condições para o acesso ao conhecimento.

A dissertação de Ximenes (2015) analisou as concepções e práticas de alfabetização e letramento de professores da pré-escola da rede municipal de Educação de Catalão (GO). Na construção dos dados, a pesquisadora lançou mão da observação de aulas e práticas pedagógicas e de entrevistas. A autora abordou a importância dos conhecimentos dos professores, em específico, os referentes às concepções de alfabetização e letramento entendendo que eles são fundamentais para exercer uma mediação satisfatória com as crianças. A pesquisa apresenta a contrapartida na relação do professor com a alfabetização e o letramento, alguns desconhecem a importância da inserção de práticas de leitura e escrita, de forma adequada na Educação Infantil.

Ximenes (2015) demonstra que na instituição pesquisada há forte influência da Secretaria Municipal de Educação que, com o objetivo de padronizar o ensino de todas as escolas da rede, unificou o material didático por meio de apostilas e das atividades distribuídas pela professora chamada de mediadora para serem aplicadas por todos os outros professores. No que diz respeito às atividades propostas, a pesquisadora considera que o papel do professor está sendo reduzido a uma prática pautada na imitação das práticas de outra professora, apontando o risco de perda da autonomia e da criticidade por parte do corpo docente. E, em relação ao material didático comprado pelo município, são utilizadas apostilas similares às adotadas pelas escolas particulares, porém, ao comparar os materiais produzidos para ambas as redes, a autora afirma que a qualidade do material destinado ao ensino público é:

[...] inferior às da rede privada, o que demonstra que, para entender esse dualismo, é preciso fundamentar-se na dialética, como propõe a teoria histórico-cultural de Vygotsky, mostrando que esta desigualdade socioeconômica é típica de sociedade capitalista. Portanto, o professor da Educação Infantil não pode desvincular sua prática pedagógica da realidade em que ele e seus alunos estão inseridos, porque só assim é possível haver aprendizagem de fato (XIMENES 2015, p. 99).

Fica evidente na citação a denúncia da pesquisadora em relação às relações socioeconômicas inerentes ao capitalismo e a crítica a políticas educacionais que não

consideram a realidade dos educandos. Em síntese, conclui que o material pedagógico adotado restringe a autonomia e a liberdade do professor da Educação Infantil e que as docentes pesquisadas priorizam a mecanização, memorização e a subordinação. Enfatiza que o professor deve utilizar suas concepções e práticas para intervir e proporcionar uma aprendizagem significativa nos processos de alfabetização e letramento. Por fim, ela ressalta a mediação do professor no processo de aquisição da leitura escrita para a agregação da criança com o mundo social, fatores que ela não encontrou nas práticas analisadas.

Ávila (2016), em sua dissertação, buscou identificar as concepções das docentes das Unidades Municipais de Educação Infantil (UMeIs) do município de Belo Horizonte, em relação ao trabalho desenvolvido com a leitura e escrita, com foco na alfabetização e no letramento. Partindo do enfoque quantitativo, do tipo *Survey*, a autora aplicou questionário para professoras que trabalham com as crianças de cinco anos, nas UMeIs de três das nove regionais do município.

Na análise dos dados, Ávila (2016) mostrou que as respondentes consideram que estão trabalhando a linguagem escrita quando promovem atividades para a aprendizagem da *tecnologia escrita*, nos termos de Magda Soares, como por exemplo, quando trabalham com cópias dos nomes das crianças, análise fonológica, traçado de letras, entre outras atividades nesta perspectiva. A autora relata que as professoras, mesmo propiciando atividades lúdicas, destacam a abordagem tradicionalista, quando realiza a prática do treinar a escrita e a memorização de sílabas. Contudo, as professoras informam que reconhecem especificidade nos termos “alfabetização” e “letramento” e relatam que buscam desenvolver atividades, em que a escrita e leitura são assimilados como práticas sociais. Por fim, a autora destaca que a questão sobre a pertinência ou não de se alfabetizar na Educação Infantil ainda persiste em decorrência da ideia de que a aprendizagem da escrita está vinculada à aprendizagem da *tecnologia da escrita* em detrimento de seu uso, pois nem sempre as concepções específicas de leitura e escrita da infância são compreendidas apropriadamente.

A tese de Lucas (2009) traz contribuições importantes para a discussão sobre a alfabetização e o letramento, reflete acerca das produções bibliográficas que abarcam esses conceitos e assinala a escassez de material no campo. A autora investigou como 14 professores, que atuam em três centros municipais de educação infantil da rede municipal de ensino de Maringá-PR, compreendem as orientações a respeito do tema. Em decorrência de tal pesquisa, se tornou possível constatar que “[...] a falta de clareza e a dificuldade em conceituar tais processos e em diferenciá-los é o resultado do desconhecimento das implicações teóricas e metodológicas dos dois movimentos [...]” (LUCAS, 2009, p. 300). Na busca de compreender a inconsistência teórica identificada nas definições das participantes, a pesquisadora analisa a formação, o perfil das docentes e infere que tanto a formação inicial quanto a formação continuada foram frágeis e inconsistentes. Diante disso, ressalta que não se trata de investir nessas formações, mas de encontrar outro modelo formativo.

Nogueira (2009) apresenta em sua tese a análise dos conceitos e práticas de ensino-aprendizagem da leitura e da escrita de professores da Educação Infantil de 4 a 5 anos. A autora pesquisou oito professoras e duas coordenadoras que exerciam função na Rede Municipal de Ensino de Dourados-MS nos anos de 2006 a 2008. A pesquisa qualitativa, fundamentada na perspectiva histórico-cultural, foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, estudo bibliográfico, análise de documentos entre eles a proposta da Rede Municipal de Ensino e os Projetos Pedagógicos das instituições em que as participantes trabalhavam.

Sobre os resultados, Nogueira observa que as rotinas dos professores não possibilitam que as crianças utilizem o espaço exterior, prejudicando seu desenvolvimento da leitura e da escrita. Quatro professoras retratam conceitos de “ensino-aprendizagem da leitura e escrita” e suas práticas estão de acordo com as condições materiais do local de trabalho. Três delas desenvolvem suas práticas enfrentando as dificuldades e as tensões que decorrem de diferentes formas de pensamento. Outras três docentes, por se encontrarem em conflito, não mudam o conjunto de suas práticas, mas proporcionam momentos de leitura, escrita e brincadeiras. Nogueira (2009) destaca que o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola refere-se ao conceito de alfabetização em sentido amplo, assim contrapondo as práticas de algumas professoras na instituição.

Souza (2011) aborda a mesma temática utilizada por Nogueira (2011), acompanhando duas turmas, uma de escola pública e a outra privada de Recife. Durante o processo de transição da etapa final da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, analisou, especialmente, as práticas de leitura e escrita desenvolvidas pelos docentes. A dissertação buscou conhecer o ponto de vista das crianças em relação à transição. Por meio da pesquisa de Souza (2011), é possível reconhecer as semelhanças entre as concepções de aprendizagem de leitura e escrita das professoras nos dois níveis de ensino. Nesta perspectiva, foi observado um modo de ensino transmissivo, as práticas revelam a valorização da repetição e memorização pelas crianças. Entretanto, a transição para o Ensino Fundamental demonstra ser mais complexa para as crianças da escola pública, como aponta a autora, especificamente, porque elas vinham de uma experiência diferente da encontrada no 1º ano. Apesar disso, durante as entrevistas, uma parte significativa das crianças da rede pública disse que a escola do Ensino Fundamental era “mais legal”, mesmo não sabendo explicitar o motivo, como descreve a autora.

As práticas observadas por Souza (2011) apresentaram-se distantes do desejável, pois como aponta Soares (2009):

O essencial é que as crianças estejam imersas em um contexto letrado - o que é uma outra designação para o que também se costuma chamar de ambiente alfabetizador - e que nesse contexto sejam aproveitadas, de maneira planejada e sistemática, todas as oportunidades para dar continuidade aos processos de alfabetização e letramento que elas já vinham vivenciando antes de chegar à instituição de educação infantil (SOARES, 2009).

Embora não tenha sido a realidade constatada, a pesquisadora entende que as crianças já são inseridas em um mundo letrado desde que nascem e, ao ingressarem na Educação Infantil, é possível promover práticas de leitura e escrita de maneira sistemática na aproximação com práticas sociais, respeitando suas especificidades.

As pesquisas buscaram compreender as práticas que envolvem a alfabetização e o letramento na Educação Infantil e, de forma geral, o conjunto desses resultados apontam práticas escolares em que os conceitos de “alfabetização” e “letramento” estão presentes, porém, de forma diferenciada e bem distante da proposta de indissociabilidade de Magda Soares. Nesse sentido, a crítica de Goulart (2006) sobre a ideia de que no Brasil o termo “alfabetização” ainda está muito relacionado à visão desta aprendizagem como um processo de codificação/decodificação de sons em letras e vice-versa mostra-se atual e verdadeira.

Ressalta-se que os estudos desse grupo de pesquisadoras informam práticas que, além de dissociarem os conceitos de alfabetização e letramento, primam pelo ensino do sistema de escrita alfabética, na perspectiva de um código, dessa forma, imprimindo características do

ensino tradicional, com técnicas mecanicistas que estão longe de compreender a criança como sujeito histórico-cultural e de direitos.

A inobservância da criança dentro dessa concepção é ainda mais preocupante quando se atenta para a pesquisa de Ximenes (2015) que, além de demonstrar práticas reprodutivistas, denuncia a produção de materiais didáticos de grupos privados que atuam na educação, compreendendo-a como um mercado, adentrando no setor público com material de qualidade inferior à oferecida para o setor privado.

Outro ponto destacado pelas pesquisadoras é necessidade de melhoria, tanto na formação inicial e continuada. No caso da tese de Lucas (2009), a autora observa que, apesar de as professoras atenderem aos pressupostos formativos definidos pela LDB (art. 62) e pelo parecer do CNE/CEB 04/2000, a formação não foi suficiente para que as professoras pesquisadas conseguissem reconhecer que a alfabetização e o letramento são processos indissociáveis e interdependentes, mas distintos, e que esta é uma condição para sistematizar a prática pedagógica e provê-la de intencionalidade, concluindo que é necessário reorganizar a formação de professores, viabilizando tal apropriação.

4.2 Alfabetização e letramento: conceitos e práticas presentes na Educação Infantil

Esta seção apresenta os resultados de pesquisas em que os conceitos de alfabetização e letramento foram evidenciados como práticas na Educação Infantil. Estes são: Andrade (2011); Asquino (2019); Faria (2017); Silva (2020); Silva (2019); Scarpa (2014); e Nogueira (2011).

A dissertação de Andrade (2011) objetivou descrever e analisar como as práticas pedagógicas de alfabetização e letramento são realizadas por uma professora de Educação Infantil em uma escola particular de Campinas, com crianças de 4 a 5 anos. A pesquisa qualitativa com características etnográficas envolveu observações registradas em diário de campo, entrevistas com a professora da turma e com familiares das crianças. A análise dos dados foi realizada à luz de estudos sobre alfabetização e letramento e com o referencial histórico-cultural.

O trabalho aborda, inicialmente, o desafio enfrentado pelos professores sobre as concepções de letramento. Segundo Andrade (2011, p. 1), “o conceito de letramento colocou um desafio aos professores alfabetizadores: o desafio de se alfabetizar letrando. Ou seja, ensinar aos alunos o código escrito, mas ao mesmo tempo torná-los aptos ao uso funcional desse código”. A pesquisa revela que a professora, um dos sujeitos participantes, realiza práticas de leitura de histórias com os alunos, como menciona Andrade (2011):

Independente da forma de participação, é importante ressaltarmos que a professora promove situações que possibilitam às crianças participarem ativamente do mundo da escrita, envolvendo-se em práticas reais nos usos da leitura e da escrita. Neste sentido, podemos dizer que a linguagem escrita utilizada em sala de aula é uma escrita verdadeira, isto é, aquela que corresponde aos usos sociais da mesma. (ANDRADE, 2011, p. 130).

Deste modo, a pesquisadora conclui que a professora promove situações sociais significativas para as crianças, busca práticas que possibilitam o uso da leitura e escrita e, portanto, desenvolve um trabalho de letramento com seus alunos. Segundo Andrade (2011), ela promove a alfabetização, em concomitância às práticas de letramento, visto que ensina sobre o sistema de escrita e aproxima afetivamente os alunos desse objeto de conhecimento. Andrade

(2011) ressalta que a professora alfabetiza letrando. Assim, realiza uma mediação essencial na garantia da aprendizagem e do desenvolvimento das crianças em relação à escrita. Pontua também que as crianças participantes da pesquisa pertencem a famílias de classes economicamente favorecidas, cujos pais possuem Ensino Superior e que o ambiente no qual estão inseridas é permeado por materiais escritos, espaços onde observam hábitos frequentes de leitura e escrita, bem como participam dessas práticas.

A pesquisa de Asquino (2019) entra nesta abordagem defendendo o trabalho com a alfabetização e o letramento na Educação Infantil de 4 a 5 anos em uma perspectiva lúdica. A autora empregou o procedimento metodológico muito semelhante ao da pesquisa que este artigo ora apresenta, ou seja, realizou um levantamento das produções acadêmicas relativas ao tema, por meio da BDTD e no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com o descritor “Práticas de Letramento e alfabetização na Educação Infantil”. A autora encontrou 21 dissertações, que abordaram o tema “Letramento e alfabetização” sob diversos aspectos, e em distintas modalidades de ensino. Destas, selecionou apenas oito, voltadas à Educação Infantil.

A pesquisa constatou que não existe consenso no que diz respeito ao trabalho com a leitura e a escrita na Educação Infantil e nem sobre o lúdico nesse processo. Para alguns, isso seria uma antecipação inadequada das atribuições do Ensino Fundamental que colocariam em segundo plano as brincadeiras e inteirações tão importantes para a criança. Entretanto, a dissertação defende a convicção que “na Educação Infantil, não se deve negar às crianças, acesso à leitura e à escrita para que, desde pequenas, possam começar a aprender o que é o mundo escrito e adominar práticas iniciais relativas a ele, uma vez que, já estão inseridas em um mundo cheio de estímulos visuais e registros gráficos, ou seja, numa cultura letrada” (ASQUINO, 2019, p. 14). A autora apresenta a ideia de que, quanto mais cedo práticas orais e escritas entrarem na vida das crianças, maiores as chances de construir prazer pela leitura, ser pleno em sua formação, deixando claro que não se busca a alfabetização das crianças nessa etapa, mas a aproximação com práticas de alfabetização e letramento. Enfatiza que as crianças, como tal, já participam, naturalmente, de algum letramento. Essa participação pode ser conduzida por meio de atividades lúdicas, de forma significativa e prazerosa.

O texto Asquino (2019) descreve que cabe às instituições de Educação Infantil promover práticas sociais de leitura e escrita, visto que as crianças já estão vivendo em um contexto social em que o letramento está presente, sendo totalmente possível vincular o “brincar” e o “aprender” a uma relação com a linguagem escrita. A pesquisa salienta que a alfabetização não é o objetivo da Educação Infantil, porém ressalta que é totalmente possível e adequado proporcionar práticas de letramento nessa etapa da educação, de forma que o processo de alfabetização ocorra com naturalidade.

A dissertação de Faria (2017) apresenta os resultados de uma pesquisa desenvolvida em três centros Educação Infantil com crianças de cinco anos pertencentes à Rede Municipal de Educação de Goiânia. A pesquisadora também adota a abordagem qualitativa, com traços etnográficos, realizando observações e entrevistas semiestruturadas com as professoras. A autora identifica e analisa “eventos de letramento”, entendendo que o conceito remete a situações em que ocorrem a leitura e escrita, por meio da interação entre os sujeitos.

O estudo realizado por Faria (2017) mostrou que os eventos de letramento estão presentes dentro da rotina das instituições, essencialmente concentrados na sala de aula. Constatou práticas pedagógicas em que as crianças tinham contato com a leitura e a escrita na sua função social, rotineiramente. A pesquisa evidencia que o currículo é constituído no espaço

da Educação Infantil, de forma participativa e deliberada pelas professoras. De uma maneira intencional, os eventos de letramento são planejados para promover o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças. Em suma, reconhece que os eventos de letramento, que surgiram na relação pedagógica entre os sujeitos, influenciam de forma significativa o processo de aprendizagem dos envolvidos e ressalta a importância do professor em sua mediação, como facilitador de aprendizagem das crianças. Diante dos resultados, a pesquisadora ressalta a importância da escola na ampliação das práticas e eventos de letramentos, a fim de promover uma aprendizagem significativa, estabelecendo um panorama entre a cultura letrada e a cultura infantil.

Silva (2020) investigou, em sua dissertação, quais os tempos e espaços a leitura e a escrita ocupam na Educação Infantil, propriamente em salas de 4 e 5 anos. Distintivamente, a pesquisa baseou-se em depoimentos de seis professores da primeira etapa da educação básica da Região Metropolitana de Campinas (RMC) acerca de suas práticas na Educação Infantil, especialmente em relação à alfabetização e ao letramento. Silva (2020) afirma que ao buscar compreensões das memórias dos professores, identifica-se em seus dizeres que as crianças apresentam curiosidades sobre a leitura e a escrita, bem como apontam as relações entre alfabetização e letramento nas práticas da sala de aula, em seus tempos e espaços na Educação Infantil.

As professoras relataram que suas práticas estão fundamentadas nos documentos oficiais publicados pelo Ministério da Educação, no Projeto Pedagógico da Escola e nas orientações da Rede Municipal. Dentre as compreensões decorrentes da análise das narrativas, a pesquisadora destacou práticas com atividades lúdicas, um ambiente alfabetizador, brincadeiras significativas que, conseqüentemente, possibilitam a apropriação da língua escrita. Silva (2020) aponta que, além de as docentes declararem práticas pedagógicas planejadas e intencionalmente direcionadas às leituras e escritas na sala de aula, elas também enfatizaram a importância da formação continuada, essencialmente sobre o tema alfabetização e letramento.

Já, a pesquisa de Silva (2019) produz uma investigação mais profunda acerca de como vem sendo tratada a questão da leitura e da escrita nas práticas de duas professoras participantes do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – Educação Infantil (PNAIC - EI), que atuavam na 2ª etapa da Educação Infantil, em Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Jaboatão dos Guararapes PE. As docentes participaram de um curso de formação continuada, no âmbito do programa Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa – Educação Infantil, que aconteceu entre dezembro de 2017 e maio de 2018, tendo por temática “Leitura e Escrita na Educação Infantil”.

O estudo, realizado por meio da aplicação de questionários, observação de dez dias de aulas de cada docente, entrevistas e da análise do acervo proposto pelo programa de formação, constatou que as duas professoras participantes construíam práticas que contemplavam tanto o letramento e a alfabetização quanto as brincadeiras e interações. Cada uma apresentava estratégias diversificadas sobre alfabetização e letramento com seus alunos, mas ambas tinham em comum a prática da leitura literária, fazendo a mediação com princípios dialógicos. Nesse sentido, a pesquisadora destaca a mobilização de alguns elementos da formação do PNAIC – EI, especialmente em relação à biblioteca da sala, instalações de leitura e o investimento no trabalho de escrita do nome próprio, pontos que as professoras também enfatizaram em depoimentos. A pesquisadora reporta que por meio de suas práticas, as professoras demonstraram o mesmo objetivo: facilitar a compreensão, contribuindo para um processo de construção do conhecimento de forma ampla e apropriada pelas crianças.

A tese de Scarpa (2014) analisou quais conhecimentos sobre a escrita as crianças, procedentes de famílias de baixa renda, detinham na etapa final do pré-escolar, visto que, apresentavam carência no contato com materiais escritos e, possivelmente, estavam inseridas em contexto familiar não habituados à leitura. A autora selecionou quatro escolas em periferias urbanas de São Paulo, após análises preliminares, e as dividiu em dois grupos. Um deles, era composto por práticas recorrentes de ensino gradual e atividades de cópia (Escolas X), o outro, considerava a língua escrita, com diversas práticas sociais de leitura e escrita ao mesmo tempo, com especificidades do sistema de escrita alfabético (Escolas Z).

Os resultados revelam que, em todas as atividades propostas, o grupo das Escolas Z atingiu melhores resultados, quando comparados ao das Escolas X, alguns de forma expressiva. As crianças de todas as escolas possuíam múltiplos conhecimentos sobre a escrita e tiveram contato sistemático com materiais escritos. Scarpa (2014) afirma que os resultados indicaram que ensinar conhecimentos das letras por meio de práticas sociais, refletir sobre elas de forma a construir relações com palavras conhecidas, como fazem nas Escolas Z, possibilitou maiores aprendizagens sobre a língua escrita do que as atividades que propõem cópias visando às habilidades perceptivo motoras, como acontece nas escolas X..

Considerando os resultados obtidos por Scarpa (2014) evidencia-se, mais uma vez, a eficácia de práticas que conciliam os processos de alfabetização e letramento de modo concomitante.

A pesquisa Nogueira (2011), realizada por meio de observação participante em uma escola da rede municipal de Pelotas/RS, busca compreender como se dá a passagem da Educação Infantil para o primeiro ano do Ensino Fundamental, visto que, com a ampliação do período para nove anos, seria necessário reestruturar ambas as etapas para que não ocorresse uma desestabilização. A pesquisadora afirma que, essa ampliação “[...] intensificou a discussão de diversos aspectos que estão relacionados a essa política, entre eles, a alfabetização, o letramento, a ludicidade, a infância [...]” (NOGUEIRA, 2011, p. 14).

Dessa forma, a autora apresenta os resultados da pesquisa que, no ano de 2009, acompanhou alunos do último ano da Educação Infantil e, posteriormente, no ano de 2010, retornou para identificar situações de alfabetização, quando presenciou um ambiente descontextualizado, tornando visível a dicotomia e o fatigante processo em que todas as crianças se encontravam, prevalecendo uma alfabetização mecânica. A tese destaca que as práticas desenvolvidas na pré-escola foram significativas, com situações reais de leitura e escrita, mas as práticas observadas no 1º ano são distintas, preponderando atividades em uma perspectiva mecânica.

Embora o objeto de pesquisa de Nogueira (2011) não se limite às práticas de alfabetização e letramento na Educação Infantil, ressalta-se a importância dos resultados obtidos pela pesquisadora nesse segmento do ensino, visto que evidenciou práticas de leitura e escrita comprometidas com a formação de leitores e autores que contemplaram a cultura lúdica no cotidiano da sala de aula. Salienta-se que as pesquisas voltadas para a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental deixam reflexões sobre as práticas educativas decorrentes nas duas etapas de ensino.

Como se pode observar, neste tópico reuniram trabalhos que observaram práticas docentes em que a alfabetização e o letramento se fizeram presentes nas práticas dos sujeitos participantes das pesquisas. Se de um lado, a pesquisa de Andrade (2011) mostra uma prática exitosa no trabalho desenvolvido em uma escola particular com crianças economicamente favorecidas e oriundas de um meio em que as práticas de leitura e escrita fazem parte do seu

cotidiano, de outro, a pesquisa de Scarpa (2014) mostra que, mesmo em condições contrárias, ou seja, em um universo de famílias de baixa renda, com pouco acesso aos bens culturais, as crianças que vivenciaram um trabalho pautado em sua inserção em situações que envolviam práticas sociais de leitura e escrita, também se sobressaíram em detrimento de outras, com a mesma condição socioeconômica, mas submetidas ao trabalho com as atividades de cópia e habilidades perceptivo-motoras.

De um modo geral, as pesquisas demonstraram uma aproximação com propósito de Soares (2010, p. 47): “O ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita [...]”. Também ressaltaram que a mediação do professor é imprescindível para o desenvolvimento das concepções acerca da alfabetização e letramento. Demonstrando, assim, que é possível que o professor da Educação Infantil promova práticas sociais que ampliem os saberes prévios das crianças, considerando, como bem ressaltado por Asquino (2019), que a Educação Infantil não prevê a alfabetização, mas a inserção da criança em um ambiente propício às práticas de leitura e escrita.

A questão da formação docente inicial ou continuada, enfatizada pelas pesquisas do primeiro grupo, foi aventada neste grupo por Silva (2019), que destacou um programa de formação continuada, o PNAIC-EI, como um possível influenciador das práticas das duas docentes observadas. É evidente que estudos de casos isolados não podem ser tomados como verdades para generalizações, mas se constituem em indícios para que outras pesquisas possam ser desenvolvidas na busca de um melhor entendimento.

Considerações Finais

A pesquisa apresentada neste artigo buscou compreender uma questão presente na discussão da Educação Infantil, em relação às práticas de alfabetização e letramento: As pesquisas brasileiras apontam práticas de alfabetização e letramento na Educação Infantil?

Com o intuito de responder a essa questão, foram analisados trabalhos científicos de pesquisadores brasileiros na plataforma BDTD. A investigação se deu por meio de um levantamento, utilizando termos técnicos referentes à temática da pesquisa. Por intermédio deste mapeamento, analisaram-se teses e dissertações, que foram relevantes nessa abordagem exploratória e descritiva. Dessa forma, a pesquisa traçou um panorama das práticas pedagógicas que envolvem a leitura e a escrita nas instituições de Educação Infantil brasileiras.

Os dados encontrados revelam que, por mais que se discuta alfabetização e letramento na atualidade, ainda existe discrepância na relação entre a teoria e as práticas de professores da Educação Infantil. Na seção 4.1, é possível encontrar pesquisas consideradas problemáticas do ponto de vista pedagógico, pois as concepções de alfabetização e letramento apresentam-se no discurso da maior parte das docentes, todavia não se materializam em suas práticas em sala de aula. De modo geral, essas pesquisas “denunciam” práticas fundamentadas em abordagens tradicionalistas e mecânicas, exemplo do que Paulo Freire chamou de educação bancária. A fragilidade na formação inicial e as lacunas na formação continuada de professores foram apontados como problemas a serem enfrentados na mudança do quadro identificado.

Na seção 4.2, observa-se que há professoras que promovem o trabalho de inserção das crianças em práticas sociais de leitura e escrita. Entre elas, há quem atue em contexto no qual as crianças que já estão em um contexto familiar letrado, como observou Andrade (2011). Há também professoras que, mesmo atuando em contextos opostos, como explicitou Scarpa (2014), também obtém resultados positivos a partir de práticas construídas com base nos

conceitos da alfabetização e do letramento. As pesquisas dessa seção destacam a formação continuada de professores, resultando em uma mediação coerente com práticas de alfabetização e letramento. Se, de um lado, sete pesquisas apontam problemas nas práticas observadas, de outro, tem-se o mesmo quantitativo “anunciando” que é possível transcender a *educação bancária*, que o direito à aprendizagem na Educação Infantil é uma realidade e é promovido por meio de práticas de leitura nesse segmento do ensino.

Observa-se que os conceitos “alfabetização” e “letramento” estão presentes ou não nas práticas de professores da Educação Infantil, tanto pelos resultados em escolas públicas, quanto particulares, se apresentando nas duas redes, indicando, assim, que não se trata da dicotomia público ou privado, sem negar que ela pode ser um fator determinante. Destaca-se também que conforme defendeu Asquino (2019) quanto mais cedo práticas orais e escritas entram na vida das crianças, maiores as chances do prazer pela leitura ser pleno em sua formação. E, corroborando com a pesquisadora, reforça-se que, acima de tudo, não se busca a alfabetização das crianças nessa etapa, mas a aproximação com práticas de alfabetização e letramento, como tendência necessária para as próximas décadas.

Portanto, as considerações desta pesquisa retratam a importância de os docentes entenderem os conceitos e objetivos da alfabetização e do letramento ou simplesmente da “alfabetização crítica” nos termos freireanos, proporcionando experiências lúdicas e enriquecedoras com a cultura do escrito nessa fase da escolarização. Experiências, nas quais, todas as crianças sejam respeitadas como tal e, ao mesmo tempo, despertadas para novos aprendizados no universo da leitura e da escrita.

Referências

ANDRADE, B. G. *Impactos de práticas pedagógicas centradas no letramento em crianças pré-escolares*. 2011. 235 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Educação, Campinas 2011.

ARIÉS, P. *A história social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ASQUINO, A. B. *Educação infantil: as práticas pedagógicas lúdicas de alfabetização e letramento*. 2019. 94 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Nove de Julho, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Paulo 2019.

ÁVILA, F. C. F. de. *Alfabetização e letramento na educação infantil: análise das concepções das professoras das UMEIs do município de Belo Horizonte*. 2016. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belo Horizonte 2016.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB*. 9394/1996.

BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília: Presidência da República, 1996.

BRASIL. *Referencial Curricular Para a Educação Infantil*. v. 1, Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. *Referencial Curricular Para a Educação Infantil*. v. 3, Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. *Parecer CNE/CEB 04/2000*. Brasília: MEC, 2000.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil*. Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base*. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica. 2017.

CARVALHO, M. A. F. de. *Prática de leitura e escrita*. Brasília: Ministério da educação, 2006.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. *Metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

DRUZIAN, A. *Leitura e escrita na educação infantil: as configurações da prática pedagógica*. 2013. 291 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2013.

FARIA, G. P. C. *Eventos de letramento da educação infantil na rede municipal de Goiânia*. 2017. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão 2017.

FREIRE, D. I. A. A. *Letramento na Educação Infantil: concepções e práticas docentes em turmas de pré-escola em uma instituição pública municipal de Fortaleza*. 2018. 282 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 1997.

FROEBEL, F. *A educação do homem*. Tradução de Maria Helena Câmara Bastos. Passo Fundo: UPF, 2001.

GOULART, C. Letramento e modos de ser letrado: discutindo a base teórico-metodológica de um estudo. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n 33.2006.

LUCAS, M. A. O. F. *Os processos de alfabetização e letramento na educação infantil: contribuições teóricas e concepções de professores*. 2008. 322 f. Tese (Doutorado em

Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo 2008.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo, SP: EPU, 1986.

MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde*. 8ª ed., Rio de Janeiro: Hucitec. ABRASCO, 2004.

NOGUEIRA, G. M. *A passagem da educação infantil para o 1º Ano no contexto do Ensino Fundamental de nove anos: um estudo sobre alfabetização, letramento e cultura lúdica*. 2011. 297 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Educação, Pelotas 2011.

NOGUEIRA, R. M. de S. *O ensino-aprendizagem da leitura e da escrita na Educação Infantil de 4 a 5 Anos: Conceitos e práticas das professoras*. 2009. 225 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande 2009.

ROUSSEAU, J. J. *Emílio ou da educação*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1762.

SCARPA, R. L. P. *O conhecimento de pré-escolares sobre a escrita: impactos de propostas didáticas diferentes em regiões vulneráveis*. São Paulo, 2014. 282 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Educação. São Paulo 2014.

SILVA, M. da C. L. da. *Leitura e escrita na educação infantil: práticas de ensino de professoras participantes do curso de formação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa*. 2019. 209 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Educação, Recife, PE 2019.

SILVA, M. *Os tempos e os espaços da leitura e da escrita na Educação Infantil*. 2020. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Educação, Campinas, SP 2020.

SOARES, M. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. *Educação & Sociedade*, v. 23, n. 81, 2002.

SOARES, M. Alfabetização e letramento: caminhos e descaminhos. *Revista Pátio*, n. 29, 2004. Disponível em: <<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40142/1/01d16t07.pdf>> Acesso em: fevereiro/2021.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*, n.25, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782004000100002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: fevereiro/2021.

SOARES, M. Oralidade, alfabetização e letramento. *Revista Pátio Educação Infantil* - Ano VII -Nº 20. Jul/Out, 2009. Disponível em:

<<http://falandodospequenos.blogspot.com/2010/04/alfabetizacao-e-letramento-na-educacao.html>>. Acesso em: fevereiro/2021.

SOARES, M. *Letramento: Um tema em três gêneros*. 4ªEd. Belo Horizonte: Autêntica. 2010.

SOUZA, B. S. A. de. *As práticas de leitura e escrita: a transição da educação infantil para o ano do ensino fundamental*. 2011. 191 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Educação, Recife, PE 2011.

XIMENES, P. de A. S. *Concepções e práticas de Alfabetização e Letramento de professores da pré-escola do município de Catalão-GO*. 2015. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiás, GO 2015.

AUTOR 1 – Magda Dezotti

E-mail: magda.dezotti@uemg.br

<https://orcid.org/0000-0002-3460-8423>

AUTOR 2 – Juliana dos Santos Alves

E-mail: jujulux@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6571-3472>

AUTOR 3 – Kátia Jacinto de Oliveira

E-mail: katiajacinto2000@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-7233-8196>

Recebido em: **07/06/2021**

Aprovado em: **28/06/2021**